

Terça-feira, 2 de março de 1999

Escola particular: S.O.S. ou réquiem?

JOÃO PESSOA DE ALBUQUERQUE

Lembram-se quando, há algum tempo, se alardeava, com grande alarido, uma figura sinistra, batizada como "tubarão do ensino"? Aquele que aliciava inocentes crianças para espoliar seus incautos pais? Repararam que ninguém mais fala desse "monstro"? E sabem por quê? Simplesmente porque a crise da escola particular brasileira acabou com ele, demonstrando, inclusive, que o tal "tubarão" não passava de um mero tigre de papel.

Na verdade, o ensino particular, a exemplo de outros ramos de atividade, também não resistiu à "nova ordem" que promoveu a classe "c" (que não é nossa clientela) e rebaixou a classe média (que, esta sim, é a nossa).

Poucas se salvam nesse universo de muito crédito junto aos pais e, por isso mesmo, de muito débito junto aos erários. Essa inadimplência flui de duas fontes: o notório empobrecimento da classe média e o art. 6.º da medida provisória que regulamenta a cobrança das mensalidades escolares. Por força desse dispositivo legal, o aluno devedor fica salvo de qualquer restrição de uso dos serviços oferecidos pela escola, podendo frequentá-la sem nada pagar durante todo o ano letivo. Mas, não é só frequentá-la no sentido físico: é consumir material, luz e água, é usufruir ar refrigerado e piscina, é utilizar as instalações esportivas, bibliotecas e laboratórios, e até mesmo se transferir para outro estabelecimento de ensino sem quitar o respectivo débito.

Esse quadro poderia propiciar a realização de bons negócios para grupos empresariais que resolvessem derivar para a área educacional. Isso sob o aspecto de preço. Quanto ao aspecto institucional, estariam fazendo um investimento prioritário para o mundo empresarial de hoje, já que iriam assegurar a formação de seus futuros recursos humanos de cujo bom preparo a empresa atual não pode mais abrir mão, sob risco de perder competitividade em uma época na qual o capital maior é o saber.

A escola particular, que se multiplicou no vácuo da escola pública, explodiu de forma atomizada. Foi um crescimento pulverizado (em cada "esquina", uma escola), gerando um arquipélago de muitas unidades, mas com pouca estrutura de sustentação. É o que bem se pode chamar de quantidade com falta de lastro.

Operar, pois, em economia de escala é o que me parece tornar a escola viável. Isso significa fusões (para racionalizar custos) e injeção de capital de giro (para sair do sufoco), o que só é possível, evidentemente, para quem tem cacife. Esse alguém, portanto, em termos de poderio, somente poderia ser recrutado extramuros escolares. Daí a necessidade de uma salvadora parceria entre a escola e a empresa, entrando esta não como mecenas, mas como sócia.

Em nosso estado, entidades de força e de criatividade, como a Associação Comercial e a Federação das Indústrias, bem que poderiam pensar na criação de um fundo especial de participação societária em estabelecimentos de ensino.

Isso sem falar dos chamados investidores institucionais, como os fundos de pensão, ou dos denominados bancos de negócios, que buscam novos ramos para novos rumos de seus capitalizados clientes. Esses caçadores de oportunidades seriam muito bem-vindos se conseguissem sensibilizar seus quotistas ou clientes a investirem no último bolsão de qualidade da educação básica que resta em nosso país.

Por isso, me atrevo a perguntar: por que não pensar na Escola Itatu? Ou no Colégio Opportunity? Ou no Instituto Previ? Ou no Educandário Votorantin? Nascidas, todas elas, das nossas escolas ainda com vida.

E por que não? Afinal, chegou ou não chegou a hora de quebrar paradigmas? E com uma dupla vantagem: o surgimento de um novo modelo escolar (substituindo o modelo superado de hoje) e o aproveitamento de toda uma excelente mão-de-obra já existente no setor, mão-de-obra que nem precisa ser formada (porque já o é), bastando, apenas, ser reciclada. Ouso até arriscar o vaticínio de que seria por essa aproximação entre empresários e educadores que descobriríamos o caminho das pedras para a reconstrução do sistema educacional brasileiro, não só no campo da ação, mas, igualmente, no campo do pensamento. Seria, inclusive, o momento oportuno e estratégico de os empresários, partindo para a luta, demonstrarem a sinceridade do seu discurso de que sem educação não há mundo empresarial que resista.

JOÃO PESSOA DE ALBUQUERQUE é membro do Conselho Estadual de Educação e diretor do Colégio Anglo-Americano.